

Marcelo Pichioli da Silveira  
Frederico Bonaldo  
Marcos Paulo Fernandes de Araujo  
**ORGANIZADORES**

# **DIREITO NATURAL CONTEMPORÂNEO**

**A RENASCENÇA DO JUSNATURALISMO NO  
BRASIL E NO MUNDO**

Londrina/PR  
2021

  
**THOTH**  
EDITORA

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.  
Londrina/PR.  
www.editorathoth.com.br  
contato@editorathoth.com.br

Direito Natural Contemporâneo. A  
renascença do jusnaturalismo no Brasil e  
no mundo / Organizadores: Marcelo Pichioli  
da Silveira, Frederico Bonaldo, Marcos  
Paulo Fernandes de Araujo. – Londrina,  
PR: Thoth 2021.

Inclui bibliografias.

594 p.

ISBN 978-65-5959-152-7

1. Direito. 2. Filosofia do direito. 3.  
Jusnaturalismo. I. Silveira, Marcelo Pichioli  
da. II. Bonaldo, Frederico. III. Araujo,  
Marcos Paulo Fernandes de.

CDD 340.11

CDDir 340.1

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** os autores

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Coordenador de Produção Editorial:** Thiago  
Caversan Antunes

**Diretor de Operações de Conteúdo:** Arthur  
Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Ordenamento jurídico : Filosofia  
do Direito

### Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati  
• Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me.  
Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza  
Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga •  
Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me.  
Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo  
R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela  
Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Prof.  
Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta  
Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof.<sup>a</sup>.  
Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela  
Ghacham Desiderato • Prof.<sup>a</sup>. Dr. Rita de Cássia R.  
Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes  
• Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta  
obra sem autorização. A violação dos Direitos  
Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.  
Todos os direitos desta edição são reservados  
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se  
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta  
obra por seu autor.

# SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	7
SOBRE OS AUTORES.....	9
APRESENTAÇÃO●.....	13

## PARTE I

DIREITO NATURAL ONTEM E HOJE.....	31
-----------------------------------	----

## SEÇÃO I

DIREITO NATURAL E HISTÓRIA.....	31
---------------------------------	----

## CAPÍTULO I

**Daniel Alejandro Herrera**

O DIREITO NA TRADIÇÃO CENTRAL DO OCIDENTE E SUA TRANSFORMAÇÃO NA MODERNIDADE.....	33
---	----

Introdução.....	33
-----------------	----

I O direito na tradição central do Ocidente.....	33
--	----

1.1 O direito em Aristóteles, o direito romano e Santo Tomás de Aquino. Direito natural e positivo.....	33
---	----

II O direito das gentes.....	35
------------------------------	----

III Seu processo de transformação.....	37
--	----

3.1 O direito como poder, geral (lei) ou particular (direito subjetivo).....	37
--	----

3.2 O direito no contratualismo moderno: estado de natureza e estado social.....	39
--	----

3.3 O Estado de Direito moderno.....	40
--------------------------------------	----

3.4 O novo paradigma do Estado Constitucional de Direito.....	42
---	----

IV Tentativas de justificação teórica do novo paradigma.....	46
--	----

4.1 A distinção entre normas e princípios em Dworkin e Alexy.....	46
---	----

4.2 O neoconstitucionalismo italiano de Zagrebelsky e Ferrajoli.....	46
--	----

4.3 O Estado Constitucional de Direito na teoria da ação comunicativa de Habermas e na Teoria da Justiça de Rawls .....	47
4.4 Algumas considerações comuns aplicáveis a todas estas teorias .....	47
V Algumas considerações pessoais finais .....	48
5.1 Como funciona o sistema.....	48
5.2 Do positivismo legalista ao positivismo judicial? .....	49
5.3 O problema do reconhecimento, implementação e fundamentação dos direitos humanos .....	50
5.4 O apelo à dignidade humana: diferentes modelos.....	51
5.5 Dignidade humana e autonomia da vontade (modelo kantiano) .....	52
5.6 Dignidade humana e natureza humana (modelo clássico) .....	53
5.7 O fundamento antropológico e metafísico .....	53
Reflexão final.....	54

## **CAPÍTULO II**

**Francesco Viola**

OS TRÊS RENASCIMENTOS DO DIREITO NATURAL NO SÉCULO XX .....	55
Introdução .....	55
I Os três renascimentos.....	55
II O jusnaturalismo católico .....	56
III O primeiro renascimento .....	59
3.1 O neokantismo jurídico .....	59
3.2 O antiformalismo e o direito natural.....	61
IV O segundo renascimento.....	63
4.1 O Tribunal de Nuremberg e o direito natural.....	64
4.2 Os antídotos ao totalitarismo.....	66
V O terceiro renascimento.....	68
5.1 O jusnaturalismo católico revisitado.....	69
5.2 A evolução do direito contemporâneo.....	70
5.3 Razão prática e direito natural .....	72

## **SEÇÃO II**

DIREITO NATURAL: CONTEMPORÂNEO?.....	75
--------------------------------------	----

**CAPÍTULO III****Andrés Ollero**

AINDA TEM CABIMENTO SER JUSNATURALISTA, HOJE.....	77
I Ética, direito e moral.....	78
II Menos jusnaturalista que um “não-positivista”.....	81
III Um fundamento antropológico comum.....	82
IV Alcance dos direitos e razão prática.....	84
V Direito Natural e democracia.....	86
VI Pluralismo e consenso.....	88
VII Laicismo: um consenso de cartas marcadas.....	89
VIII Direito Natural: doente por overdose?.....	92
À guisa de conclusão.....	93

**CAPÍTULO IV****Juan B. Etcheverry**

A RELEVÂNCIA DO DIREITO QUE REMETE À MORAL.....	95
Introdução.....	95
I O paradoxo da irrelevância moral do direito.....	96
1.1 Irrelevância moral do direito ou limitação na sua função de guia.....	97
1.2 Irrelevância moral do direito ou perda de autoridade.....	98
1.3 Irrelevância moral da Constituição ou superfluidade da sua capacidade de atribuir validade a outras normas.....	100
1.4 Irrelevância moral da Constituição ou superfluidade das normas infraconstitucionais.....	101
1.5 Irrelevância moral do direito ou depreciação do fator “legitimidade de origem”.....	102
II Os paradoxos de uma explicação da capacidade justificativa do direito autônoma da moral.....	102
2.1 O paradoxo da indiferença ou da ignorância a respeito da moral.....	103
2.2 O paradoxo da incapacidade radical do direito atual de guiar, obrigar e de ser autoritativo.....	105
2.3 O paradoxo de um direito desprovido da moral.....	107
III A relevância da determinação legal-jurídica: uma resposta ao paradoxo da irrelevância moral do direito.....	107
3.1 A inevitável possibilidade discursiva e a relevância do direito.....	108
3.2 Respostas aos diferentes modos em que o paradoxo da irrelevância moral do direito se apresenta.....	112

3.3 Desafios da proposta.....	113
Conclusões.....	115

## **CAPÍTULO V**

**Joaquín García-Huidobro**

O INELIMINÁVEL DIREITO NATURAL.....	117
I A lei não basta por si mesma .....	117
II O fundamento da democracia.....	119
III Os pressupostos do diálogo parlamentar .....	121
IV Os juízes e o direito natural .....	122
V A ineliminável necessidade de argumentar.....	124

## **PARTE II**

DIREITO NATURAL NA TEORIA .....	125
---------------------------------	-----

### **SEÇÃO I**

O DIREITO NATURAL NA ORDEM DO SER: FUNDAMENTOS METAFÍSICOS DO DIREITO NATURAL.....	125
--	-----

## **CAPÍTULO VI**

**Diego Poole Derqui**

LEI NATURAL COMO TEONOMIA PARTICIPADA .....	127
Introdução .....	127
I O que é a lei natural. Lei natural e lei eterna .....	128
II Inclinações naturais e lei natural.....	130
III Universalidade da lei natural.....	132
IV Conteúdo da lei natural e derivação da lei positiva.....	133
V Lei natural na doutrina social da Igreja.....	134

## **CAPÍTULO VII**

**Marcus Paulo Rycembel Boeira**

ALGUMAS NOTAS COMPARATIVAS SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO DA LEI NATURAL EM TOMÁS DE AQUINO E FRANCISCO SUÁREZ.....	135
Introdução .....	135

I Noções históricas e conceituais sobre a lei natural.....	136
II Noções preliminares sobre lei e virtude: entre Isidoro de Sevilha e Alberto Magno..	137
III Teoria da lei natural em Tomás de Aquino.....	139
IV Teoria da lei natural em Francisco Suárez, S. J. ....	142
Considerações Finais.....	145

## **CAPÍTULO VIII**

### **Rafael Cronje Mateus**

O DIREITO E A ORDEM DO SER NA HISTÓRIA: O PENSAMENTO JURÍDICO DE ERIC VOEGELIN .....	147
Introdução .....	147
I Primeiras questões jurídicas .....	150
II O Direito, a Ordem do Ser e a História .....	153
2.1 The Nature of the Law and Related Legal Writings .....	154
2.2 “Justo por Natureza” e “O que é natureza?” em Anamnese e o debate sobre o texto..	158
2.3 A descoberta da verdadeira Ordem do Ser na história .....	161
Considerações finais.....	163

## **SEÇÃO II**

O DIREITO NATURAL NA ORDEM DO AGIR: FUNDAMENTOS ÉTICOS E POLÍTICOS DO DIREITO NATURAL .....	165
---	-----

## **CAPÍTULO IX**

### **Paulo Emilio Vauthier Borges de Macedo**

O DIREITO DAS GENTES: ENTRE O DIREITO NATURAL E O DIREITO POSITIVO.....	167
Introdução .....	167
I A concepção romana.....	168
II A concepção medieval.....	170
III As concepções de Vitória e de Suárez.....	174
Conclusões.....	178

## **CAPÍTULO X**

### **Pedro Rivas**

BEM COMUM E DIREITO NATURAL NA FILOSOFIA POLÍTICA DE ALASDAIR	
---	--

MACINTYRE: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UM TEXTO INÉDITO .....	179
I Duas formas de comunidade .....	181
1.1 A justificação política .....	181
1.2 O modo de entender-se em comunidade.....	184
1.3 O tipo de raciocínio prático .....	186
1.4 Os problemas mais característicos .....	188
1.5 O gênero de participação.....	190
1.6 O modo de entender as virtudes.....	192
II Utopia e realidade do bem comum .....	193
A modo de conclusão.....	196

## CAPÍTULO XI

**Victor Sales Pinheiro**

**Horácio Lopes Mousinho Neiva**

RAZÃO PRÁTICA, DIREITO E BEM COMUM NA TEORIA DA LEI NATURAL DE FINNIS.....	199
Introdução: inserção de Finnis no debate das teorias da justiça .....	199
I Razão prática e a metodologia da teoria social reflexiva .....	201
II Fundamento da razão prática .....	206
III Bem comum e direito no âmbito da razão prática .....	208
III Bem comum instrumental e substancial .....	214
Conclusão .....	217

## SEÇÃO III

O DIREITO NATURAL NA ORDEM DO CONHECER: FUNDAMENTOS GNOSIOLÓGICOS DO DIREITO NATURAL.....	221
---	-----

## CAPÍTULO XII

**Juan Cianciardo**

A “DEFESA” DO COGNITIVISMO ÉTICO E O DIREITO .....	223
Introdução .....	223
I O que é o não-cognitivismo.....	223
II O impacto no direito do debate acerca da possibilidade de conhecer.....	225
2.1 O positivismo e a sua tentativa de fazer do direito uma ciência segundo os parâmetros	

de cientificidade do não-cognitivismo .....	225
2.2 A escola crítica e o direito como ferramenta para a emancipação.....	227
2.3 O transpositivismo: a aposta numa razão possível, mas débil.....	228
2.4 O jusnaturalismo em face do desafio do não-cognitivismo.....	230
III O jurista e a “postura cognitivista” .....	231

## **CAPÍTULO XIII**

**Amalia Amaya**

VIRTUDE E DIREITO NATURAL.....	235
Introdução .....	235
I Jurisprudência da Virtude sine Lei Natural.....	237
II Jusnaturalismo sine Virtude.....	240
III Um chamado à reconciliação.....	242
Conclusões.....	244

## **CAPÍTULO XIV**

**André Borges Uliano**

**Milton Gustavo Vasconcelos**

A TEORIA GERAL DO DIREITO SEGUNDO O MÉTODO DO CASO CENTRAL.....	249
Introdução .....	249
I A contribuição metodológica de Herbert Hart para a Teoria Geral do Direito.....	250
1.1 Do ponto de vista interno (internal point of view).....	252
1.2 Do ponto de vista prático.....	253
1.3 O caso central do direito para Har.....	254
II Os desenvolvimentos de John Finnis em relação à teoria do caso central.....	256
III Teoria Geral do Direito segundo o método do caso central.....	260
Conclusão .....	262

## **CAPÍTULO XV**

**Fábio Cardoso Machado**

O DIREITO E A RAZÃO.....	265
Introdução.....	265
I A índole prático-prudencial do conhecimento jurídico.....	267
II A autoridade sapiencial e a relevância prático-judicativa da normatividade jurídica .....	272
III A normativa necessidade de uma prático-concreta mediação prudencial .....	276

IV Justiça, experiência, docilidade, circunspeção e sagacidade.....	282
Conclusão .....	284

## CAPÍTULO XVI

**Renato José de Moraes**

NEM CIÊNCIA, NEM PRUDÊNCIA: O DIREITO COMO ARTE.....	285
Introdução .....	285
I O quadro das virtudes intelectuais .....	287
1.1 O conceito de ciências e seu desenvolvimento .....	289
1.2 A inteligência ou compreensão ( <i>nous</i> ) e a sabedoria ( <i>sophia</i> ).....	292
1.3 Os saberes práticos e de produção: prudência e arte.....	294
II O Direito no quadro das virtudes intelectuais.....	296
2.1 O Direito como ciência .....	297
2.2 O Direito como sabedoria.....	301
2.3 O Direito como arte.....	302
2.4 O Direito e a prudência.....	305
Conclusão .....	306

## PARTE III

DIREITO NATURAL NA PRÁTICA .....	309
----------------------------------	-----

## SEÇÃO ÚNICA

## CAPÍTULO XVII

**Angela Vidal Gandra Martins**

DIREITO NATURAL E DIREITOS HUMANOS EM DEBATE.....	311
Introdução .....	311
I Direito Natural e Direitos Humanos no Debate Contemporâneo.....	312
II Direitos inalienáveis .....	313
III Organismos Internacionais e Valores Humanos .....	315
Conclusão .....	316

**CAPÍTULO XVIII****Luciano Laise****Eduardo Magoja**

DIREITO NATURAL E INCONSTITUCIONALIDADE DO PERDÃO DOS DELITOS DE LESA HUMANIDADE: BASES PARA UMA APROXIMAÇÃO AO DEVER DE CONSCIÊNCIA A PARTIR DO CASO «SIMÓN»..... 317

Introdução: pressuposições filosóficas perante o dever de obedecer ao direito injusto ..317

I Uma breve aproximação à tradição positivista..... 320

II Uma breve aproximação à tradição jusnaturalista .....321

III O direito natural como última ratio da obediência às normas do ordenamento jurídico..323

3.1 Algumas referências explícitas ao conceito de direito natural ..... 324

3.2 Algumas referências implícitas ao conceito de direito natural ..... 325

IV Algumas considerações valorativas: o direito natural e a questão da (des)obediência ao direito.....326

À guisa de conclusão..... 330

**CAPÍTULO XIX****Frederico Bonaldo**

UM INDÍCIO DA VIGÊNCIA DO DIREITO NATURAL NA JURISPRUDÊNCIA RECENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL BRASILEIRO ..... 331

Introdução ..... 331

I Dois pontos preliminares ..... 332

1.1 Esclarecimento sobre a expressão “direito natural” ..... 332

1.2 As duas principais teorias do direito natural..... 333

II A decisão do Ministro Teori Zavascki na Ação Cautelar 4.070 ..... 335

2.1 Resumo da decisão ..... 335

2.2 Lugares da decisão em que se pode constatar correspondências com o jusnaturalismo clássico ..... 336

Conclusões..... 347

**CAPÍTULO XX****Venceslau Tavares Costa Filho****Roberta Drehmer de Miranda****Alfredo de Jesus Flores**

A CAUSA NA POSSE: PROPOSTA DE COMPREENSÃO A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO DE TORQUATO CASTRO E SEUS PRESSUPOSTOS ARISTOTÉLICO -

TOMISTAS.....	351
I A phronesis e a busca do justo concreto no Direito.....	351
II Adaptabilidade do direito e dogmática jurídica .....	353
III Plurivocidade da noção de causa e tentativa de delimitação em relação à posse.....	355
IV A contribuição do pensamento de Torquato Castro na renovação da ideia de causa e sua aplicação à problemática da posse .....	357
V A posse e sua causa em uma perspectiva dinâmica.....	358

#### PARTE IV

DIREITO NATURAL EM DEBATE .....	363
---------------------------------	-----

#### SEÇÃO I

EM DEBATE SOBRE A VALIDADE: O QUE VALE COMO DIREITO (NATURAL)?.....	363
---	-----

#### CAPÍTULO XXI

##### CARLOS IGNACIO MASSINI-CORREAS

SOBRE JUSNATURALISMO E VALIDADE DO DIREITO .....	365
I A questão a tratar.....	365
II Sobre a noção geral de “validade”.....	366
III Sobre a validade das normas jurídicas.....	369
IV Análise do positivismo.....	370
V Jusnaturalismo e validade .....	373
VI Alguns esclarecimentos adicionais .....	375
VII Ainda sobre jusnaturalismo e validade: breve excuroso sobre Tomás de Aquino .....	379
Conclusões sumárias .....	382

#### CAPÍTULO XXII

##### Jonathan Crowe

##### DIREITO NATURAL: VERSÕES FRACA E FORTE

Introdução .....	385
I A distinção entre a tese fraca e a tese forte.....	386
II Críticas à Teoria Fraca .....	388
III O argumento a favor da teoria híbrida.....	390

## SEÇÃO II

EM DEBATE COM O POSITIVISMO JURÍDICO.....	393
---	-----

**CAPÍTULO XXIII****Francesco D'Agostino**

O DIREITO NATURAL E A FALÁCIA NATURALISTA.....	395
I O que dita a “lei de Hume”.....	395
II O “não-cognitivismo ético” e a “grande divisão”.....	396
III As boas e as más razões da “lei de Hume”.....	397
IV O normativo, o factual e o cognitivo.....	398
Conclusão.....	402

**CAPÍTULO XXIV****Fabio Pulido Ortiz**

O ARGUMENTO DA NATUREZA.....	405
Introdução.....	405
I A falácia naturalista.....	406
II O jusnaturalismo e a falácia naturalista.....	409
III O projeto naturalizante.....	410

**CAPÍTULO XXV****Ana Luiza Rodrigues Braga**

DIREITO E ESTADO EM HANS KELSEN: UM DEBATE COM ERIC VOEGELIN.....	415
Introdução.....	415
I A Teoria do Estado em Hans Kelsen: tópico de sua Teoria do Direito.....	416
II Uma nova ciência da política? o debate com Eric Voegelin.....	420
III Apreciação crítica do debate.....	423
Considerações finais.....	426

**CAPÍTULO XXVI****Daniel Damasceno**

DIREITO NATURAL E JUSTIÇA LEGAL: UM DEBATE ENTRE HANS KELSEN E O REALISMO JURÍDICO CLÁSSICO.....	429
I Um prêmio (necessário) ao estado da arte.....	429
II A Ilusão da Justiça e o Direito Natural em Hans Kelsen.....	431

III O que é isto – o Direito Natural Clássico?.....	434
3.1 A tradição realística clássico-tomista contra as distorções modernas.....	435
3.2 O Direito Natural é um ideal eterno e imutável?.....	441
IV O problema da justiça: uma questão mal compreendida.....	446
V A modo de conclusão.....	452

### SEÇÃO III

EM DEBATE COM O “PÓS-POSITIVISMO” .....	455
---	-----

#### CAPÍTULO XXVII

**André Gonçalves Fernandes**

ETAPAS DO PROCESSO DECISÓRIO JUDICIAL E ATIVISMO JUDICIAL: BREVES REFLEXÕES .....	457
Introdução .....	457
I Processo decisório judicial como silogismo prático.....	459
II Formas históricas .....	461
III Caminho científico subjacente às etapas.....	464
IV Dificuldades na solução do dilema norma-caso .....	465
V A decisão e seus atributos – deliberação, juízo e comando. Interpretação .....	466
VI A atuação decisória diante de um sistema legal deficiente .....	471
Considerações finais.....	472

#### CAPÍTULO XXVIII

**José Chávez-Fernández Postigo**

SOBRE O JUSPOSITIVISMO QUE TEMOS DE DEIXAR PARA TRÁS: UMA CRÍTICA JUSNATURALISTA A “DEJEMOS ATRÁS EL POSITIVISMO JURÍDICO” DE ATIENZA E RUIZ MANERO .....	475
I Propósito .....	475
II Alguns argumentos de Atienza e Ruiz Manero .....	476
III Qual juspositivismo é preciso deixar para trás? .....	478
IV Por que se deveria deixá-lo para trás?.....	481
V Como deixá-lo para trás? (ainda sobre o que define o juspositivismo) .....	483
VI Para terminar.....	487

**CAPÍTULO XXIX****Marcos Paulo Fernandes de Araujo**

A IDEOLOGIA “NEOCONSTITUCIONILISTA” NO BRASIL: EXPOSIÇÃO CRÍTICA HISTÓRICO-FILOSÓFICA DE SEUS PRESSUPOSTOS.....	489
Introdução .....	489
I O Neoconstitucionalismo no Brasil e seus antecedentes próximos .....	490
II O Direito Natural dos Antigos comparado àquele dos Modernos.....	495
2.1 O nascimento do Direito Natural Moderno em Ockham .....	495
2.2 O despertar do Leviatã .....	503
2.3 Locke: os direitos do homem como luz e origem da sociedade.....	506
III Constitucionalismo e neoconstitucionalismo: o que realmente mudou? .....	509
3.1 O Constitucionalismo e suas obras .....	509
3.2 Os primórdios do neoconstitucionalismo: esperanças roubadas, metas dobradas....	511
3.3 A verdadeira face do neoconstitucionalismo .....	515
IV Neoconstitucionalismo ou “neoconstitucionilismo”? .....	518

**PARTE V**

O INUSITADO DIREITO NATURAL .....	523
-----------------------------------	-----

**SEÇÃO ÚNICA****CAPÍTULO XXX****Luis Fernando Barzotto**

AUTOATUALIZAÇÃO E AUTOPRODUÇÃO: UMA LEITURA JUSNATURALISTA DE KARL MARX.....	525
I Apresentação .....	525
II Preliminares: Marx, Jusnaturalista.....	526
III Introdução: o jusnaturalismo de Marx.....	526
IV Atualização e autoatualização – uma certa herança aristotélica.....	528
V Produção e autoprodução – uma certa herança hegeliana.....	532
VI Modo de produção .....	537
VII O modo de produção capitalista .....	539
7.1 Alienação da individualidade.....	539
7.2 Alienação da sociabilidade.....	541
7.3 Alienação da liberdade .....	544

VIII O modo de produção cooperativo .....	546
8.1 Atualização da individualidade: produzir a partir de si .....	547
8.2 Atualização da sociabilidade: produzir para os outros.....	549
8.3 Atualização da liberdade: produzir com os outros .....	553
Considerações finais.....	555

## **CAPÍTULO XXXI**

**Marcelo Pichioli da Silveira**

O LADO JUSNATURALISTA DE HANS KELSEN: AS VIRTUDES CARDEAIS DO GÊNIO AUSTRIACO .....	557
I Prolegômenos indispensáveis .....	557
II As bases filosóficas de Hans Kelsen .....	558
III Há um direito natural em (ou de) Hans Kelsen?.....	561
IV As virtudes cardeais do homem Kelsen e algumas reflexões sobre o positivismo jurídico.....	576

## **CAPÍTULO XXXII**

**Marcelo Fernández Peralta**

<i>AEDES LEGUM</i> DE JUAN LUIS VIVES: O USO DA METÁFORA COMO FERRAMENTA DESCRITIVA DO DIREITO .....	589
Introdução .....	589
I Breves dados biográficos do autor.....	590
II Sobre o “Templo das leis” (Aedes Legum).....	591
III Algumas observações críticas .....	593